



EXCELENTÍSSIMO SENHOR CONSELHEIRO-PRESIDENTE DO EGRÉGIO  
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS

REPRESENTAÇÃO N. 258 /2017-MPC-EFC

O MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS, no desempenho de sua missão institucional de defender a ordem jurídica, o regime democrático, a guarda da Lei e a fiscalização de sua execução, no uso de suas atribuições constitucionais e legais e com base no disposto nos artigos 54, I e 288 da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, através da Coordenadoria de Educação, vem perante Vossa Excelência oferecer a presente **REPRESENTAÇÃO considerando a omissão em responder requisição desta Corte de Contas**, pelos fatos e fundamentos seguintes.

Este *Parquet* através da sua Coordenadoria de Educação encaminhou diversas Recomendações ao Secretário Municipal de Educação de Tabatinga/AM, **VALDINEI DA SILVA SANTOS**, para que o mesmo realizasse um concurso público para a contratação de professores na gestão do novo Prefeito.

A última Recomendação de número 247/2017-MPC-EFC, de mesmo teor que as demais, estipulou o prazo de 15 dias para o envio de resposta e determinou os seguintes efeitos:

**Efeitos:** com o devido respeito e confiante em positivas providências, cumpre-nos recordar que os destinatários de recomendações dos órgãos do Ministério Público estão sujeitos aos seguintes efeitos: a) constituição em mora quanto às providências recomendadas, podendo seu descumprimento implicar a adoção de representações cabíveis; b) tornar inequívoca a consciência da ilicitude sobre o recomendado; c) caracterizar o dolo, má-fé ou ciência da irregularidade para viabilizar futuras responsabilizações em caso de omissão imotivada; d) constituir-se em elemento

1558 00043 0



ESTADO DO AMAZONAS  
MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS  
*Coordenadoria de Educação*



probatório em sede de representações, auditorias no âmbito do Tribunal de Contas do Estado, (grifo nosso).

Acontece que conforme AR juntado nesta oportunidade, apesar da referida Recomendação ter sido recebida, não foram encaminhadas respostas à esta Corte de Contas.

A falta de resposta à Recomendação mencionada impede o exercício de controle atribuído a este Tribunal de Contas Estadual pela CF/88, em seus artigos 71 e seguintes c/c com o art. 75, bem como art. 1º e incisos da Lei Estadual 2.423/96, e contraria os princípios norteadores da prática da atividade administrativa, previstos no art. 37 da CF de 1988 e demais legislação correlata, que impõe ao gestor o dever de prestar as informações requisitadas, sob pena de vir a sofrer a aplicação de multa (Lei n. 2423/96: artigo 54, IV).

Pelo exposto, o Ministério Público de Contas requer a Vossa Excelência:

- A. **APLICAR** ao senhor Secretário Municipal de Educação de Tabatinga/AM, **VALDINEI DA SILVA SANTOS**, a multa prevista no artigo 54, IV da Lei Estadual 2423/96, em virtude do não atendimento, sem causa justificada, à determinação do *Parquet* de Contas.
- B. **DETERMINAR** a apuração do fato, identificando se há algum plano de ação governamental em que serão adotadas medidas pela atual gestão para a realização de um concurso público.



ESTADO DO AMAZONAS  
MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS  
*Coordenadoria de Educação*



**C. DAR CIÊNCIA** a este Ministério Público acerca dos encaminhamentos e resultados alcançados.

**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**, em  
Manaus (AM), 12 de dezembro de 2017.

  
**EVELYN FREIRE DE CARVALHO**  
Procuradora de Contas

